

Tempo e História. Ideias e Políticas

ESTUDOS PARA FERNANDO CATROGA

2015

Coordenação editorial

LUÍS REIS TORGAL, MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO,
ANA CRISTINA ARAÚJO, ANTÓNIO PEDRO PITA,
MARIA LÚCIA DE BRITO MOURA, RITA GARNEL,
PAULO ARCHER DE CARVALHO, JOÃO LUÍS OLIVA

Revisão

ANTÓNIO MASSANO

Recolha bibliográfica

SÓNIA NOBRE


ALMEDINA

FUNDAÇÃO

ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

VÍTOR NETO

Universidade de Coimbra

CARNEIRO PACHECO E A ESCOLA

O regresso de Deus

Pelas funções políticas que desempenhou no Governo de Salazar e pelas reformas que empreendeu enquanto ministro da Educação Nacional, o católico monárquico Carneiro Pacheco adquire uma importância significativa na reforma da Escola do Estado Novo entre 1936 e 1940. A educação foi um dos temas mais abordados por Carneiro Pacheco nos seus *Discursos*. Preocupado com a Escola e com o seu lugar na sociedade em conjugação com a Igreja, Pacheco tinha consciência da sua importância em todos os graus de ensino e, particularmente, no primário. Sabendo que ela era fundamental para a moldagem das consciências e para a sua adequação aos valores do Estado Novo, escreveu páginas significativas respeitantes ao enquadramento da instituição escolar no regime. Combatia a concepção materialista da Escola, que suprimira a moral cristã, e contrapunha a essa escola republicana laica a sua “função educativa”, no quadro do cristianismo e da sua cooperação com a família. Para Carneiro Pacheco, o papel da Escola destinava-se à integração social dos alunos, tanto no campo como nas cidades. Porém, Maria Filomena Mónica escreveu que, para o ministro da Educação de Salazar, “a única maneira de a escola contribuir para abrandar o afluxo às cidades consistia em pregar insistentemente as maravilhas da vida rural”¹. Carneiro Pacheco defendia que o mestre não devia ser um “burocrata”, mas um “modelador de almas e de portugueses”². Para além disso, “o professor primário, ao receber em suas mãos, para a primeira

¹ Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1978, p. 139.

² Carneiro Pacheco, “O Crucifixo na Escola”, *Portugal Renovado*, Lisboa, Bertrand, 1940, p. 235.

moldagem, a cera virginal da raça portuguesa, é erguido à nobilíssima condição de apóstolo dos rumos novos e da eternidade da nossa pátria”³. Opositor da Escola neutra em nome dos valores do pedagogismo estatal, Pacheco acreditava no papel do ensino, enquanto instrumento de reprodução ideológica da sociedade, através da difusão dos valores e dos princípios do Estado Novo, ou seja, Deus, Pátria, Família, Autoridade e Trabalho. Por outro lado, defendia o ensino religioso nas escolas particulares, sem necessidade de qualquer autorização do Governo. Contudo, sabemos que este tipo de ensino em Portugal, em 1940, era bastante reduzido a nível primário e apenas um pouco mais significativo no secundário. Segundo os dados apresentados por António Nóvoa, em 1940 frequentavam a Escola pública 89,7% da população masculina e 94% da feminina, enquanto no ensino particular o sector privado era frequentado por 10,3% de rapazes e 6% de raparigas, ou seja, 8,5% do total. No que se refere ao ensino liceal, em 1930, 79,2% da população masculina frequentava o ensino oficial, e 73,1% da feminina, ou seja, 77,7%, enquanto no ensino privado 20,8% dos rapazes frequentavam esta modalidade de ensino e 26,9% das raparigas, o que perfazia um total de 22,3%⁴.

Em oposição à situação de decadência do ensino da fase final da República, Carneiro Pacheco realçava os aspectos positivos da educação, em 1938, da seguinte forma:

“A realidade educativa dum ensino elementar cristão e português, com o aumento, em números redondos, de 30% nos agentes de ensino, de 53% na população escolar, de 321% em exames; ensino liceal pedagogicamente ordenado, simplificado e parcialmente diferenciado entre os sexos, a caminho de 50% na elevação da frequência; ensino profissional, a aperfeiçoar e estender, mas organizado já em bases regionais e formativas de bons operários e outros cooperadores da vida económica, com número crescente dos que o procuram; início da regularização, que em breve se completará, dos estudos universitários, por inteiro enquadramento no plano nacional, e colaboração de muitos dos seus professores na obra do ressurgimento; dignificação, até constitucional, do ensino particular e esboço da sua coordenação, a desenvolver amplamente; fomento da investigação científica e dos progressos da técnica; instalações e apetrechamento escolares, efectivados ou em curso, avaliados em muitas centenas de milhares de contos, e um Reino

³ Carneiro Pacheco cit. por António Nóvoa, “A Educação Nacional”, *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 459.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 462.

da benemerência privada em favor da escola primária; defesa e reintegração do património artístico nacional, e política do espírito; por cima de tudo – bem por cima de tudo – a educação integral – moral, física, intelectual – da Mocidade Portuguesa, a geração sucessora que em suas mãos há-de tornar vivo o facho da nova renascença pátria.”⁵

Era uma visão excessivamente optimista da situação do ensino em Portugal, em 1938, e os dados estatísticos estavam claramente manipulados. Se não, vejamos: entre 1930 e 1940, o analfabetismo diminuiu 8,4%, enquanto baixara apenas 7,3% nos dezanove anos anteriores, ou seja, de 1911 a 1930⁶. Para isso, muito contribuíram os postos escolares criados pelo Estado Novo, pois, em 1940, já se encontravam a funcionar 2526. Enquanto isto, o número de liceus subiu de 33, em 1926, para 43, em 1940, e o número de alunos, para as mesmas datas, de 12.604 para 15.877⁷. No ensino superior, de 1926 a 1949, o número de estudantes subiu de 1823 para 3373⁸. Apesar disso, a situação do ensino em Portugal continuava a ser sofrível. Em termos de alfabetização, estávamos na cauda da Europa⁹, o estatuto profissional do professor encontrava-se desvalorizado e o Estado continuava a investir pouco na educação¹⁰. No que se refere ao ensino primário, recorria-se muito aos postos de ensino definidos pelo regime como a “escola aconchegada da terra pequenina, onde uma maior se tornaria desproporcionada, ao mesmo tempo que, pelo desperdício (de recursos), inimiga da restante terra portuguesa”¹¹. Os postos destinavam-se, como salientou Maria Filomena Mónica, a oferecer uma educação barata, em milhares de pequenos lugares disseminados pelo país. Não se exigiam quaisquer habilitações académicas ao pessoal docente, embora se exigisse

⁵ *Idem*, “Abstenção do voto, deserção cívica”, *op. cit.*, pp. 320-322.

⁶ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 771.

⁷ *Idem*, *ibidem*.

⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 772.

⁹ Sabe-se como Carneiro Pacheco apenas manteve a tendência anterior de uma diminuição lenta do analfabetismo. Ora, perante as altas taxas de analfabetismo, não deixa de ser irónica a seguinte passagem de um dos seus *Discursos*: “Quem leia, com alma lusitana, a colectânea dos admiráveis *Discursos* do Doutor Oliveira Salazar – só para poder meditá-los não deveria haver um único português analfabeto...”, Carneiro Pacheco, “O retrato do Chefe”, *op. cit.*, p. 157.

¹⁰ Sobre estes assuntos cf. António Nóvoa, *op. cit.*, pp. 455-519.

¹¹ Decreto-Lei n.º 27.279, de 24 de Novembro de 1936.

“idoneidade moral e intelectual”¹². Apesar disso, o analfabetismo, como se viu, era muito elevado e o ensino secundário era frequentado por um número muito diminuto de alunos, enquanto a Universidade era elitista, como Carneiro Pacheco pretendia. Para ele, a Universidade servia para formar o escol da Nação que doutrinaría as massas através de mecanismos de inculcação ideológica como a Escola. As preocupações máximas de Pacheco foram sempre: o culto dos heróis, a exaltação patriótica e a prática das virtudes cristãs, objectivos fundamentais e quase exclusivos da sua doutrina pedagógica¹³. Adversário do ensino “enciclopédico” da República e adepto da escola mínima, julgava, como Salazar, que à maioria dos portugueses bastaria saber ler, escrever e contar, enquanto nos liceus eram suficientes alguns conhecimentos genéricos.

Num outro registo, fez o elogio do Canto Coral, “precioso instrumento de sociabilidade que exerce nas próprias camadas populares uma penetrante influência moral, de paz e de concórdia”¹⁴, e defendeu o sacrifício do “enciclopedismo pretensioso” em nome do “robustecimento do corpo”, da “energia da vontade”, do “espírito de iniciativa”, da “constituição do carácter” – da “formação mais necessária ao indivíduo e aos destinos da Nação”¹⁵. Como seria de esperar, para Carneiro Pacheco o grande educador da Nação era Salazar devido ao seu espírito crítico, método de trabalho, política de verdade e seriedade na vida pública¹⁶. Definia Salazar como um chefe – “Chefe para mim. Quer dizer o guia espiritual do Povo para as vitórias definitivas do seu destino”¹⁷ – e não foi contrariado por este nessa designação. O chefe era também visto pelo ministro da Educação Nacional como o grande educador da sociedade portuguesa, como uma espécie de novo messias que viera para fazer renascer Portugal e como a reencarnação patriótica de Nuno Álvares Pereira.

Como já foi justamente sublinhado por Luís Reis Torgal, a Lei n.º 1941, de 11 de Abril de 1936, do ministro da Educação, é uma espécie de *Carta della scuola* do fascismo italiano. A Escola já tinha merecido a atenção da ditadura de Mussolini quando, em 1923, se assistiu à reforma Gentile e,

¹² Maria Filomena Mónica, *op. cit.*, p. 150.

¹³ Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 775.

¹⁴ *Idem*, “Lições Educativas de Canto Coral”, *ibidem*, 1940, p. 59.

¹⁵ *Idem*, *ibidem*, pp. 62-63.

¹⁶ *Idem*, “O retrato do Chefe”, *ibidem*, 1940, pp. 174-175.

¹⁷ *Idem*, *ibidem*, p. 157.

depois, a outras reformas do regime em relação à Educação. No entanto, a mais paradigmática foi a do ministro da Educação Nacional e das Corporações, Giuseppe Bottai, com a *Carta della scuola*. Ele tinha posto o problema da formação da classe dirigente e da escolarização das massas numa completa relação entre a escola e a organização fascista para a juventude, no quadro de uma *dialectização* do regime. A *Carta* insistia numa total integração entre a escola, a família, a corporação, o partido e as organizações de juventude¹⁸. E de tal forma assim era que, na “ordem fascista”, Estado escolar e Estado político coincidiam. Bottai afirmava: “cada regime, qualquer que seja o seu ensino, tem a sua escola. Não existe, não pode existir uma escola apolítica. O regime dos *fasci* e da corporação deve ter a sua escola”. Estabeleceu-se, assim, em Itália um sistema escolar totalitário. No caso português, não se ia tão longe, uma vez que havia, como se viu, campo para a Escola privada e, por isso, entre nós, o ensino era “tendencialmente totalitário”. A educação desempenhava igualmente um papel importante na formação das consciências e na integração dos jovens no Estado. O Estado Novo corporativo também tinha a sua Escola e o seu ensino que não era, no entanto, um ensino de massas, como pretendia ser o italiano. Carneiro Pacheco, que exerceu as suas funções ministeriais durante quatro anos, depois de haver sido vice-reitor da Universidade de Lisboa e de ter feito parte do Conselho Superior da Instrução Pública, publicou a Lei de Bases do Sistema Educativo, a qual começava por uma alteração significativa: o Ministério da Instrução Pública passava a designar-se Ministério da Educação Nacional. Tal mudança assemelhava-se à que Mussolini operara em Itália, em 1929. Isto queria dizer que as funções do Estado não se deveriam cingir à instrução pública, mas que ao Estado cabia um papel educativo essencial. Na *Carta della scuola*, o sistema escolar italiano revelava-se bem mais completo que o português. Aí se definia a sua reorganização do seguinte modo: 1) escola infantil, bienal; 2) escola elementar, trienal; escola de trabalho, bienal. No fim de tal escola sequencial, haveria três possibilidades: a) escola profissionalizante, trienal, sem seguimento ulterior; b) escola profissional, trienal, com acesso à escola técnica bienal que concluía o ciclo de estudos; c) escola média, trienal, com acesso a toda

¹⁸ *Il Fascismo: Dizionario di storia, personaggi, cultura, economia, fonti e dibattito storiografico*, a cura di Alberto de Bernardi e Scipione Guarracino, Milano, Edizioni Bruno Mondadori, 1998, pp. 507-508.

a escola superior que dava acesso à Universidade: liceu clássico (5 anos), liceu científico (5), instituto do magistério (5), instituto técnico comercial (5), instituto comercial (4), para especialistas agrários, industriais, geometria e especialistas náuticos, instituto feminino (2), com acesso ao magistério feminino, liceu artístico (5). O liceu clássico dava acesso a todas as Faculdades universitárias¹⁹. Desta forma complexa, o ensino fascista seria um ensino de massas e não de elite. Como se sabe, em Portugal, Carneiro Pacheco criou um ensino menos completo, reduzindo-o ao ensino primário, ensino secundário (liceus e escolas técnicas) e ensino superior (Universidades). Como se vê, há aqui a recusa da escola única sobre a qual tinha havido um vivo debate em anos anteriores. Na base X da sua lei de reforma, definia-se para o ensino primário a adopção do mesmo livro em cada ano, ou classe:

“Nos estabelecimentos de todo o País, com exclusão do Superior, haverá um único compêndio para cada ano ou classe das disciplinas de História de Portugal, História Geral e Filosofia, bem como, em cumprimento do § 3.º do artigo 43 da Constituição Política, um único compêndio de educação moral e cívica, em relação ao respectivo grau de ensino.”

Resultava daqui o uso pelos alunos de uma espécie de catecismo com claras motivações ideológicas. Com o objectivo de intervir em todo o processo de formação moral e cívica da juventude, instituíam-se a Junta Nacional de Educação “para o estudo de todos os problemas que interessam à formação do carácter, ao ensino e à cultura”. A Junta teria como secções a Educação moral e física, e notamos a prioridade da moral em relação à educação física à qual surge associada; como bem referiu Reis Torgal, tratava-se de uma concepção sintetizada na fórmula horaciana *Mens sana in corpore sano*, a que se seguiam as secções do Ensino Primário, Ensino Secundário, Ensino Superior, Ensino Técnico, Belas-Artes, investigação científica e relações culturais (base II). Na base V, estabelecia-se que os critérios da selecção do professorado de qualquer grau de ensino não se baseavam apenas na sua preparação científica, mas teriam também a ver com aspectos político-ideológicos que deveriam estar de acordo com o regime: “as exigências da sua essencial cooperação na função corporativa e na formação do espírito nacional”. A base VI estabelecia que, em todos

¹⁹ *Idem, ibidem.*

os e:
de o
cupa:
VIII,
licea
Univ
prof.
revis
em s
tos c
Bela:
do C
A
será

qu
ca
ca

A
ment
ção, e
facult

“u
dig
do.
ass

Di
vos, n
a base

tirá
edu

²⁰ §
afirmad

os estabelecimentos de ensino não primário, haveria “cursos obrigatórios de organização corporativa”, facto que leva a concluir que havia uma preocupação de formar as almas no espírito corporativo do regime. Na base VIII, estabelecia-se uma diferenciação no ensino secundário entre o ensino liceal e o ensino técnico, sendo que aquele se destinava a canalizar para a Universidade os seus alunos, enquanto este visava dar-lhes uma formação profissional. Os quadros das disciplinas e os programas de ensino seriam revistos (base IX). Ainda na base II, a lei criava o Instituto de Alta Cultura, em substituição da Junta Nacional de Educação Nacional, e eram extintos o Conselho Superior de Instrução Pública, o Conselho Superior das Belas-Artes, a Junta Nacional das Escavações e Antiguidades, a Comissão do Cinema Educativo e a Junta de Educação Nacional.

A base XI aponta para a criação da Mocidade Portuguesa e, por isso, será uma das normas mais importantes da lei:

“Será dada à mocidade portuguesa uma organização nacional e pré-militar que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria e a coloque em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa.”

A base XII estabelecia a obrigatoriedade do “canto coral, como elemento de educação e de coesão nacional”, e também se falava na organização, em cada centro universitário, de “um orfeão académico de frequência facultativa”. Numa perspectiva nacionalista, estatua-se a organização de

“uma pequena colecção de Cânticos nacionais, exaltando as glórias portuguesas, a dignidade do trabalho e o amor da Pátria, os quais serão frequentemente executados e constituirão a base de um programa, sempre pronto, para as festas escolares, assim como para as grandes expressões do sentimento nacional”.

Dizia-se ainda que “será feita a seleção dos Cânticos regionais educativos, no sentido de se manter a tradição da província portuguesa”. Por fim, a base XIII estabelecia que,

“Em todas as escolas públicas do ensino primário infantil e elementar, existirá, por detrás e acima da cadeira do professor, um crucifixo, como símbolo da educação cristã determinada pela Constituição”²⁰.

²⁰ Sobre o crucifixo na Escola, pronunciou Carneiro Pacheco um discurso em 1936, tendo afirmado: “a simples presença do Crucifixo na Escola afirma a premência da função educativa,

Os Estatutos da União Nacional de 1932 já previam uma organização similar à Mocidade Portuguesa e, como analisa Reis Torgal, os “dois primeiros ministros da Instrução Pública de Salazar, Gustavo Cordeiro Ramos e Eusébio Tamagnini, de sensibilidade germanófila, estudaram a organização de uma liga da Mocidade Portuguesa”²¹. Caberia, no entanto, a Carneiro Pacheco a criação da Mocidade Portuguesa (Decreto-lei n.º 26.611, de 19 de Maio de 1936) em circunstâncias históricas algo diversas da anterior e num momento em que o ministro de Salazar não só tinha excelentes relações com o ditador, mas também numa fase em que o idolatrava nos seus *Discursos*.

A Mocidade Portuguesa abrangia toda a juventude portuguesa, escolar ou não, e destinava-se “a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar”. Comandada por um oficial superior do Exército ou da Armada, a Mocidade Portuguesa foi, de facto, uma organização essencialmente liceal. Estava organizada hierarquicamente e tinha na sua base os “lusitos” (dos 7 aos 10 anos), seguindo-se os “infantes” (dos 10 aos 14 anos), os “vanguardistas” (dos 14 aos 17 anos) e os “cadetes” (com mais de 17 anos). O símbolo nacional da MP seria a bandeira de D. João I, que representava a independência do país contra Castela no século XIV. A MP teria como patrono Nun’Álvares, e a sua festa mais significativa seria o 1.º de Dezembro, Dia da Restauração de 1640, embora as datas de 14 de Agosto (1385, Aljubarrota) e 28 de Maio (1926, “Revolução Nacional”) fossem igualmente importantes. A forma de continência era a saudação romana, à maneira fascista, que “se tornou nos anos trinta a forma de saudação oficiosa no cerimonial do Estado Novo”²².

Através do Decreto-lei n.º 28.262, de 8 de Dezembro de 1937, foi aprovado o regulamento da Mocidade Portuguesa Feminina, definida como “secção feminina da organização nacional Mocidade Portuguesa (MPF)”. A cargo da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), tinha como finalidade “estimular nos jovens portugueses a formação do carácter, o

que visa a formação do carácter nas virtudes morais, e que, até quanto à formação intelectual, haverá de orientar-se pelos métodos de ternura que são próprios da Família, cuja missão a Escola completa”, Carneiro Pacheco, “O Crucifixo na Escola”, pp. 231-232.

²¹ Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo*, Coimbra, IUC, 2009, pp. 213-214.

²² *Idem, ibidem*, p. 216. Sobre a Mocidade Portuguesa, cf. também Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, pp. 756-759.

desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social, no amor de Deus, da Pátria e da Família” (artigo 1.º). O estatuto estipulava também que a organização tinha por fim formar uma mulher “nova” através da “educação moral, cívica, física e social”. “A educação moral será a educação cristã, tradicional do País”:

“a educação cívica inspirar-se-á no Bem Comum e nas grandes tradições nacionais, para que em cada filiada se defina e fixe a consciência do dever e da responsabilidade da mulher portuguesa na continuidade histórica da Nação”; a ‘educação física, sempre associada à higiene, visará o fortalecimento racional, a correcção e defesa do organismo, tanto como a disciplina da vontade, a confiança no esforço próprio, a lealdade e a alegria sã mediante actividades rigorosamente adequadas ao sexo e idade’; ‘a educação social cultivará nas filiadas a previdência, o trabalho colectivo, o gosto pela vida doméstica e o de servir o Bem Comum’²³.

Como conclusão:

“A M. P. F. consagrar-se-á à nova renascença pátria, tomando como guias da sua acção os grandes exemplos das rainhas D. Filipa de Lencastre, mãe e educadora da ínclita geração, e D. Leonor, fundadora das Misericórdias.”

Muitos têm visto, com alguma razão, na MP um decalque da Juventude Hitleriana ou das *Balillas* italianas e a sua dependência em relação ao nazismo e ao fascismo. As semelhanças entre estas organizações de juventude são por demais evidentes. Em Março de 1938, veio a Portugal, em visita à Mocidade Portuguesa, uma delegação da Juventude Hitleriana. Carneiro Pacheco discursou no banquete que então se realizou e manifestou simpatia pelo “entendimento e mútua compreensão” entre as organizações dos dois países, citou Salazar, registou a “coincidência de métodos e imperativo de alguns princípios essenciais” e advertiu que “nenhuma conciliação é possível entre a civilização e a barbárie comunista”. A Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina foram organizações cujos modelos eram, pois, os do nazismo e do fascismo, embora Salazar lhe quisesse dar uma feição nacional.

No discurso pronunciado em 14 de Dezembro de 1939, na II Semana da Mãe, Carneiro Pacheco fez o elogio da Obra das Mães pela Educação

²³ Transcrição de Irene Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 202.

Nacional (OMEN), a qual, segundo ele, não era uma instituição de assistência, mas uma organização destinada a suscitar na “juventude, por natural equilíbrio de desenvolvimento físico, moral e intelectual, a capacidade de adaptação às variáveis circunstâncias da vida, e que por isso mesmo haveria de ser educação integral”²⁴. A Obra justifica-se ainda, de acordo com o que pensava, porque existia uma crise profunda no casamento, na família e no papel educativo dos pais. Para Pacheco, o Governo de Salazar propusera-se enfrentar a crise na família através da educação na escola e “por meios extra-escolares de reeducação social”. O Estado deveria intervir na sociedade e na educação para suprir as deficiências da família. A ligação da Mocidade Portuguesa Feminina à Obra das Mães tinha como objectivo a inclusão das crianças pequenas numa organização destinada a formar as mães do amanhã. Em contraste com a velha educação, haveria uma outra

“moderna que se tem por boa – ia a dizer indispensável –, destinada a formar mulheres capazes para a vida, de corpo e espírito sãos, senso prático, poder de realização, carácter forte, prontas a servir, no mais alto sentido social desta palavra, a Deus, Pátria e à Família”.

Como bem sublinha Irene Pimentel, a intervenção de Carneiro Pacheco inseria-se na polémica travada sobre o papel da Igreja na educação ou, antes, na disputa pelo monopólio da organização e educação da juventude do Estado que queria manter para si próprio esse espaço de actuação. Desta forma, Carneiro Pacheco procurava justificar a intervenção do Estado na educação moderna, secundarizando a educação mais tradicionalista onde a presença do poder político não se fazia sentir.

A Escola primária deveria funcionar, no quadro político, como a instituição adequada à inculcação dos valores ideológicos do regime, tais como Deus, Pátria e Família. Não sendo uma Escola neutra – e as autoridades salazaristas combateram com veemência a neutralidade do ensino republicano –, deveria ser uma Escola moral e política. Difusora dos valores do cristianismo, teria também que contribuir para a obra de educação política em que o Estado se empenhava. O movimento de recristianização da Escola era visível, sobretudo, através da vasta campanha de festas realizada por todo o país, traduzida na colocação dos crucifixos nas escolas. Estas festas

²⁴ *Idem*, “Tudo anda à roda de um berço...”, *ibidem*, 12.2.1939, pp. 349-350.

const
fixos p
se enc
Carne
facto
pároc
nacion
referi
eventu
tinhar
uma f
cismo
de De
tava-s
apont
entre
mal de

O l
das id
rio, co
consci
ligênci
dos esj
verdad
tal na f
profes
nacion
deveria
Estado
era qu
porque
de um
que os
diam. C

²⁵ *Es*

²⁶ *Idem*

constavam, em geral, de missas, bênção dos crucifixos, condução dos crucifixos pelas crianças, discursos e vivas a Salazar e a Carmona, cujos retratos se encontravam, em geral, no interior das escolas primárias²⁵. O ministro Carneiro Pacheco ordenara a colocação de crucifixos em todas as escolas, facto que se concretizava em festas nas quais eram celebradas missas pelos párocos e até por bispos. Nesses festejos do regime, cantavam-se o hino nacional, hinos religiosos e patrióticos, e realizavam-se cortejos, levando o referido crucifixo à escola depois da realização da missa. Em geral, nesses eventos festivos, participava um membro da União Nacional. Estes factos tinham um valor simbólico, para além das festas propriamente ditas, com uma função ideológica traduzida na apologia do cristianismo e do catolicismo. Com os crucifixos nas escolas, assistia-se à confirmação do regresso de Deus. Daí a oposição à Escola laica da República. Por outro lado, rejeitava-se a coeducação em nome de teorias pedagógicas discutíveis, as quais apontavam para uma psicologia e para um desenvolvimento diferenciado entre sexos, o que, segundo os pedagogos do regime, prejudicaria o normal desenvolvimento dos alunos se fosse praticada a coeducação.

O boletim *Escola Portuguesa* era um importante órgão de divulgação das ideias salazaristas e dos seus mentores entre o professorado primário, contribuindo decisivamente para a orientação estado-novista das suas consciências. Nele se podia ler que “O professor primário modela as inteligências e afeiçoa as almas”²⁶. Esta ideia do docente como um modelador dos espíritos era comungada pelos mentores da educação nacional e, na verdade, assim acontecia, pois este desempenhava um papel fundamental na formação das consciências dos alunos. Coadjuvados pela OMEN, os professores primários teriam a função de educar as crianças num sentido nacionalista, em vez de instruir à maneira republicana, e, nesta educação, deveria realizar-se a adequação das consciências das crianças à doutrina do Estado Novo. A crítica ao modelo de Escola republicano e a Afonso Costa era quase uma constante nesses dois anos iniciais do *Boletim*, sobretudo porque se entendia que o pensamento laico, à Jules Ferry, era a expressão de um ideário antiespírito. Ora, era precisamente a Escola espiritualista que os mentores do ensino do Ministério de Carneiro Pacheco defendiam. O boletim *Escola Portuguesa* difundia entre o professorado primário

²⁵ *Escola Portuguesa*, Ano IV, n.º 169, 20.1.1938.

²⁶ *Idem*, Ano V, n.º 239, 25.5.1939.

uma ideologia profundamente anticomunista. No contexto da Guerra Civil de Espanha, o boletim apoiava os franquistas na sua luta contra os comunistas e os marxistas. Em 1936, foram publicados vários artigos em que se declarava que não bastava combater o comunismo, uma vez que era necessário ir mais longe, opondo “a civilização Ocidental e cristã, à civilização dos Tártaros e dos Eslavos”. O periódico defendia a ideia da continuação da Revolução Nacional destinada a criar uma sociedade harmoniosa na qual a Escola teria uma função essencial a desempenhar. Desta forma, os professores eram alertados para o “perigo” das ideias “dissolventes” relativamente ao Estado Novo, antidemocrático, antiliberal e anticomunista.

A *Escola Portuguesa* defendia uma pedagogia integral na perspectiva de um “novo espiritualismo cristão, dinâmico e criador, unitarista, compreensivo e ordenador da realidade pedagógica”²⁷. A Escola enquadrava-se no plano de renovação nacional por que – segundo os salazaristas – passava a sociedade portuguesa nos seus diferentes níveis. Os modelos pedagógicos a seguir pelo nosso país seriam o alemão e o italiano sobre os quais os redactores do *Boletim* revelavam admiração. A apologia do fascismo italiano era clara, uma vez que a Itália conheceu, de acordo com os articulistas, uma verdadeira revolução. Assim, comparando a Alemanha com a Itália, afirmava-se:

“Na Itália, a mudança foi mais profunda, pois este país, partindo de uma organização social muito deficiente, atingiu no momento presente uma situação única na sua história, depois da unificação de Vítor Manuel e de Cavour.”²⁸

Referindo-se concretamente ao ensino italiano, a *Escola Portuguesa* mencionava a reforma Gentile (1923), que teria estado na origem da Escola nova, “a escola activa e renovada”. Na Escola Catarina de Siena em Milão, que fora visitada e que, de alguma forma, servia de modelo a um articulista do periódico, não faltavam a creche, a Escola infantil, a Escola primária elementar, com todas as classes; cursos profissionais; curso especial de comércio e o curso de educação doméstica de donas de casa e de puericultura²⁹. Ora, a Escola mínima de Salazar, ao invés, baseava-se, como atrás se

²⁷ *Idem*, Ano III, n.º 109, 19.11.1936.

²⁸ *Idem*, Ano III, n.º 111, 3.12.1936.

²⁹ *Idem*, Ano III, n.º 144, 24.12.1936.

escrevi
primei
nos no
esse of

A M
-escol
enqua
tismo”
instruí
deveri
só fiqu

Cor
em toc
impera
uma d
exerce
seus al
ritualiz
Desta
Escola
lado, c
para a
aniver
res pri
escola
daquel
do reg

se co
rece
de t

³⁰ *Idem*

³¹ *Idem*

³² *Idem*

³³ *Idem*

escreveu, na ideia de que ao aluno bastaria saber ler, escrever e contar. Em primeiro lugar, a escola primária deveria formar a personalidade dos alunos no quadro da assimilação de um grau elementar de cultura, e foi com esse objectivo que foram orientados os programas e a actividade escolar.

A Mocidade Portuguesa era vista como uma organização escolar e extra-escolar que, “num espírito nacionalista e com fins nacionalizadores”, enquadrava a juventude portuguesa num “bloco vigoroso de fé e patriotismo”. Assim, enquanto a família criava e educava, a Escola educava e instruía, e a Mocidade educava, moldava e exercitava³⁰. Todas as crianças deveriam ser incorporadas na Mocidade Portuguesa “para que nem uma só fique privada do seu influxo renovador”³¹.

Como já referimos, o Estado português deveria orientar a vida nacional em todos os sentidos, encontrando apenas como limite das suas funções o imperativo ético da moral cristã e o Direito. Deste modo, a Escola, sendo uma das componentes fundamentais do Estado, seria igualmente cristã e exerceria uma função aglutinadora na sociedade de tal forma que todos os seus alunos se sentissem membros da pátria e elementos da Nação espiritualizada por esse idealismo cristão tão peculiar no discurso salazarista. Desta forma, o Estado português distinguia-se, no dizer dos redactores da *Escola Portuguesa*, dos restantes Estados existentes na Europa³². Por outro lado, o Ministério da Educação aproveitava as datas do 1.º de Dezembro para assinalar nas escolas o Dia da Restauração ou, então, celebrava-se o aniversário de Salazar à frente do Ministério das Finanças. Os professores primários deveriam, “em todas as escolas do ensino primário e postos escolares, explicar nesse dia aos alunos e famílias a importância nacional daquele facto político”³³. Estes eram alguns dos momentos de propaganda do regime, como se pode ler com a seguinte passagem:

“Foi uma Pátria inteira que se refez desde os fundamentos; um novo Estado que se construiu na Europa, num espaço deixado pela sombra dum outro que desapareceu. E, se a Pátria se refez entre os acordes clamorosos duma grande orquestra de trabalho, a mutação do Estado fez-se sem alarme, sem um solavanco, sem uma

³⁰ *Idem*, Ano III, n.º 146, 12.8.1937.

³¹ *Idem*, Ano V, n.º 223, 2.2.1939.

³² *Idem*, Ano IV, n.º 163, 9.2.1937.

³³ *Idem*, Ano V, n.º 223, 13.4.1939.

violência. Estabeleceu-se simplesmente uma doutrina, que deu uma orientação, abriu um caminho.”³⁴

Ou, então, comemorava-se nas escolas o 28 de Maio, momento em que os professores e os alunos se sentiam necessariamente envolvidos nessa atmosfera Estado-Novista que o regime criava. O director-geral do Ensino Primário, Cristiano da Silva, entendia que o professor primário era um dos “colaboradores mais preciosos da obra política do Estado”. Era o modelador da inteligência e do carácter, “o semeador e cultivador das ideias imortais”. Na Escola cristã, o ambiente escolar deveria contribuir para a renovação espiritual das crianças com vista à formação integral do homem. A escola cristã e nacionalista Estado-Novista visaria, portanto, fins morais e políticos, sendo que estes se encontravam subordinados aos primeiros³⁵.

A Obra das Mães para a Educação Nacional encontrava na escola primária o principal instrumento da sua irradiação em todo o país. Com a “semana da Mãe procurava-se difundir a ideia de que a mulher deveria ser essencialmente esposa e mãe”, função que lhe teria sido destinada pela Providência divina. A mulher teria sido criada para o exercício das suas actividades no lar, dado que, aí, a sua constituição física e as suas tendências psíquicas se encontravam perfeitamente adequadas às suas funções sociais³⁶. A Escola nacionalista encontrava-se enquadrada numa nova concepção do Estado, a qual passava por uma identificação com a Nação. Assim, “O Estado vive dentro da Nação, é verdadeiramente a alma e o cérebro da Nação, para a sentir e para a guiar”, nação naturalmente cristianizada, uma vez que uma das funções do professorado seria contribuir para o renascimento religioso da sociedade e, num sentido ecuménico, para a recristianização do mundo.

A Exposição do Mundo Português foi um dos pontos altos do regime e, por isso, a *Escola Portuguesa* convidava os professores primários a visitá-la, já que nela podiam encontrar as lições da História de Portugal e da “sua grandeza”. Em 1938, os seus redactores confessavam que, pelo elevado número de assinantes, *O Boletim* chegava a todas as escolas e postos escolares do país, tendo uma função orientadora em relação ao professorado primário de acordo com as directrizes das autoridades Estado-Novistas.

³⁴ *Idem*, n.º 183, 27.4.1938.

³⁵ *Idem*, Ano VI, n.º 293, 30.5.1939

³⁶ *Idem*, Ano VI, n.º 263, 9.1.1939.

Assim, a E
dos profes
tual e mor
aumentar
também u
fessores pi
funções de
sempre pr

Laicizaç
Ministério
educativo
lidade reli
Unidade fu
Novo, dese
dade e na r
ritariamente
de spiritu
Escola Portu
forma deci
res e das id
mínima, co
tica. Ao pre
nharia essa
assistiria à f
Política da
ria com a M
actividades

Enfim, C
Novo num s
na Itália fas
de reprodu
tir, a Escola
buindo bast
salazarista e

³⁷ *Idem*, An

Assim, a *Escola Portuguesa* era o porta-voz do Ministério da Educação junto dos professores primários, os quais deveriam exercer uma acção intelectual e moral junto dos seus alunos³⁷. Sabendo nós que Salazar pretendia aumentar a educação política do povo português, a Escola deveria ser também uma Escola política. Daí que o Estado instrumentalizasse os professores primários durante as eleições e, em geral, no exercício das suas funções docentes, nas quais a difusão de uma ideologia salazarista estaria sempre presente.

Laicizada pela República, a Escola sem Deus foi recristianizada pelo Ministério de Carneiro Pacheco, que fez dela a pedra angular do sistema educativo Estado-Novista. Nesta medida, não havia lugar para a neutralidade religiosa da Escola, como acontecia no velho regime republicano. Unidade fundamental da Educação, a Escola, durante esta fase do Estado Novo, desempenhava uma função essencial na recristianização da sociedade e na recuperação dos valores tradicionais. Tendo uma dimensão prioritariamente moral e secundariamente política, era um importante veículo de espiritualização social. Por seu lado, os professores “orientados” pela *Escola Portuguesa* seriam os agentes do Estado no ensino, contribuindo de forma decisiva para a formação de um consenso social em torno dos valores e das ideias do Estado Novo. Sendo, como na verdade era, uma Escola mínima, como já mencionámos, ela veiculava uma educação moral e política. Ao pretender educar politicamente o povo, a escola política desempenharia essa função marcadamente ideológica. Não só na Escola primária se assistiria à formação política, também nos liceus o estudo da Organização Política da Nação se tornava obrigatória. A articulação da Escola primária com a Mocidade Portuguesa e com a OMEN era essencial, pois as suas actividades vinham completar a educação mais estrita da Escola.

Enfim, Carneiro Pacheco foi o político que reformou a escola do Estado Novo num sentido nacionalista e cristão, à semelhança do que aconteceu na Itália fascista com Gentile e Bottai, transformando-a numa instituição de reprodução ideológica do regime salazarista. Tal como passou a existir, a Escola desempenhou um papel decisivo de aglutinação social, contribuindo bastante para a formação do consenso social em torno da doutrina salazarista e dos seus valores.

³⁷ *Idem*, Ano V, n.º 206, 6.10.1938.